



REPEM

Con status consultivo ante ECOSOC Naciones Unidas

RED DE EDUCACIÓN POPULAR
ENTRE MUJERES DE
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

¿Existe um projeto feminista para a transformação social?

Jovens, diversidades e projeto feminista. Encontros e desencontros

III SEMINARIO VIRTUAL REPEM / jovfem

17 a 29 de junho de 2009

SISTEMATIZAÇÃO

Realizada por Gabriele Merz

Índice

Introdução.....	1
O programa.....	3
Texto 1: Jovens, diversidades sexuais e identidades políticas nos feminismos.....	4
O texto.....	; Error! Marcador no definido.
A identidade política.....	4
Os outros sujeitos políticos e as trajetórias históricas.....	4
A deslegitimação do feminino na prática político feminista.....	5
O desprestígio como estratégia político feminista.....	5
Comentário inicial para abrir o debate.....	5
As intervenções.....	6
A influência dos fatores externos na constituição do sujeito político feminista.....	; Error! Marcador no definido.
Politizar as expressões subjetivas.....	8
O desprestígio como estratégia política para redimensionar as influências dos fatores externos.....	9
Comentários finais de Paúl Flores.....	; Error! Marcador no definido.
Texto 2: “Construção de Identidades Juvenis, Cultura e Religião”.....	11
O texto.....	; Error! Marcador no definido.
A busca de sentido com as identidades juvenis.....	11
As dificuldades para reconhecer os processos de mobilização e organização social empreendidos pelo e pelas jovens.....	12
As e os jovens: sinônimo de mudança ou de inexperience?.....	12
As prioridades de um projeto feminista transformador.....	12
Os comentários iniciais para abrir o debate.....	13
As intervenções.....	14
As identidades.....	14
As dificuldades para estabelecer um diálogo inter-geracional e construir um projeto feminista inclusivo e transformador.....	16
As e os jovens e a mudança.....	17
Comentários finais de Sandra Mazo.....	; Error! Marcador no definido.
Original dos textos.....	; Error! Marcador no definido.
Texto 1: Jovens, diversidades sexuais e identidades políticas nos feminismos.....	; Error! Marcador no definido.
Texto 2: Construção de Identidades Juvenis, Cultura e Religião.....	; Error! Marcador no definido.
Texto original das intervenções.....	; Error! Marcador no definido.
Intervenções do Texto 1: Jovens, diversidades sexuais e identidades políticas nos feminismos.....	; Error! Marcador no definido.
Intervenciones do Texto 2: Construção de Identidades Juvenis, Cultura e Religião.....	; Error! Marcador no definido.

Introdução

O III Seminário Virtual de Jovens Feministas desenvolvido pela Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe - REPEM, com o auspício do UNIFEM Cone Sul, foi realizado entre os dias 17 e 29 de junho do presente ano, dando continuidade aos debates realizados em dois seminários anteriores.

“Existe um Projeto Feminista para a transformação social? Jovens, diversidades e projeto feminista - encontros e desencontros” foi o marco do debate. Nessa oportunidade foi proposta uma reflexão em torno ao tema **identidades e diversidades** a jovens lideranças, mulheres e homens, de 15 a 29 anos de idade.

O objetivo do Seminário Virtual é facilitar processos de reflexão e formação que fortaleçam a prática política feminista de mulheres e organizações associadas e jovens da região, a fim de contribuir para o avanço de um projeto feminista na busca da transformação que nosso continente tanto necessita, e com a qual estão comprometidas as jovens feministas latino-americanas.

Os espaços virtuais, então, são uma ferramenta para entrelaçar e fortalecer os encontros de muitas pessoas comprometidas, enriquecendo com seus aportes as visões, os conceitos, os argumentos e o caminho a seguir.

A presente sistematização tem como objetivo recolher toda a discussão que se deu no marco deste Seminário e organizar as diferentes contribuições: ou seja, o que se pretende é chegar a um corpo consolidado dos debates e das contribuições sobre os temas abordados.

Tendo presente estes objetivos, procedeu-se da seguinte maneira:

- (i) O programa: Apresenta o programa enviado pela REPEM às e aos participantes.
- (ii) Os textos: Foram dois textos. O primeiro versou sobre o tema “Jovens, diversidades sexuais e identidades políticas nos feminismos”, a cargo de E. Paúl Flores Arroyo, que apresentou o trabalho “A Política do Desprestígio: Reflexões iniciais em torno à potencialidade política do feminino”. O segundo texto, a cargo de Sandra Mazo, tratou o tema “Construção de identidades juvenis, cultura e religião”.

Para efeito desta sistematização, foram extraídos os aspectos chaves dos textos, como a definição de conceitos, as propostas e as interrogações que apresentaram para o debate. Isso não só por razões de espaço, mas para facilitar o ordenamento das intervenções das e dos participantes do Seminário.

Para não cair em interpretações, utilizou-se o próprio texto das autoras para os resumos. Obviamente, perde-se a riqueza dos argumentos e proposições; por isso, no final deste documento foram colocados os textos completos para quem preferir ler o trabalho original.

- (iii) Os comentários: O primeiro texto teve uma comentarista e o segundo duas. Em seu papel de provocar a discussão, as comentaristas, além de destacar o que para elas eram os elementos fundamentais do texto, apresentam sua visão, posição e interrogações sobre os temas.

Da mesma forma que com os textos, nesta sistematização foram resumidos esses últimos elementos.

- (iv) As intervenções: Durante o tempo estipulado para receber as intervenções, no fim de cada dia foram enviados, através de um administrador de lista, os aportes das e dos participantes.

Foram lidas todas as intervenções recebidas e as reflexões foram organizadas com base nos aspectos chaves dos textos e também em relação às proposições das e dos participantes. Para ilustrar as diversas contribuições, para esta sistematização foram extraídas ou resumidas parte dos textos enviados pelas e pelos participantes para cada um dos temas estabelecidos.

- (v) Comentários finais: Foi considerado que as conclusões apresentadas pelas autoras no final das intervenções representam por si só uma sistematização, uma vez que retomam alguns dos assuntos colocados pelas e pelos participantes ou clarificam alguma proposta contida no texto. Por isso foi conservado o texto dos comentários finais das duas autoras.

O programa

Existe um projeto feminista para a transformação social?
Jovens, diversidades e projeto feminista. Encontros e desencontros
III SEMINARIO VIRTUAL REPEM DE JOVENS FEMINISTAS
17 a 29 de junho de 2009

17 de Junho	Boas vindas e instruções / espanhol Boas-vindas e instruções / português Programa / espanhol e português (esp – pt)
18 de Junho	Primeiro Texto: Jovens, diversidades sexuais e identidades políticas nos feminismos - Paúl Flores, Flora Tristán, Peru (esp - pt)
19 de Junho	Comentário inicial provocador - Paulina González, REPEM Colômbia (esp - pt)
19 a 22 de Junho	Comentários de participantes ao Primeiro Texto
22 de Junho	Síntese de comentários de participantes a cada dia Comentário final - Paúl Flores
23 de Junho	Segundo Texto: Construção de identidades juvenis, cultura e religião - Sandra Mazo, Rede Católicas pelo Direito a Decidir, Colômbia (esp - pt)
23 e 24 de Junho	Comentário inicial provocador - Fanny Gómez, REPEM Colômbia e Sofia Valdivielso, GEO/ICAE Ilhas Canárias (esp - pt)
24 a 26 de Junho	Comentários de participantes ao Segundo Texto
29 de Junho	Síntese de comentários de participantes a cada dia Comentário final - Sandra Mazo
Final do mês de Julho	Sistematização do Seminário - Gabriele Merz, REPEM Venezuela (esp - pt)

Texto 1: Jovens, diversidades sexuais e identidades políticas nos feminismos

O texto

O primeiro texto intitulado “A Política do Desprestígio: Reflexões iniciais em torno à potencialidade política do feminino” foi apresentado por E. Paúl Flores Arroyo¹.

Desenvolve o tema das **diversidades** em torno a um conjunto de conceitos e à elaboração de uma proposta, uma estratégia político feminista, baseada no “desprestígio”, que está dirigida a questionar e resistir às influências de outros sujeitos políticos e das trajetórias históricas².

A identidade política

Paúl Flores define, no início de seu texto, a constituição da identidade política como “a constituição do sujeito a partir do reconhecimento de sua posição de opressão e/ou de exclusão na sociedade, uma posição da qual começa a ser consciente e diante da qual propõe mecanismos de ação, com a finalidade de mudar essa realidade”.

“Assim, a identidade política estaria caracterizada pela produção de argumentos que o sujeito deve definir a favor de sua causa, também pelo reconhecimento de sua história, através da documentação da memória e pela elaboração de propostas realizáveis para chegar a essa mudança”.

“Mas o desenvolvimento deste processo de constituição do sujeito político, não só tem a ver com as características intrínsecas que mencionamos, também tem a ver – e, sobretudo – com os múltiplos fatores externos que influem neste processo e que, por causa dessa influência, o sujeito assume mudanças e adequações”.

Os outros sujeitos políticos e as trajetórias históricas

Para Paúl Flores, o centro do debate sobre a identidade política e o sujeito político feminista é “identificar esses fatores externos que influem no processo de constituição do SER feminista”. Eles são “os outros sujeitos políticos com os quais teremos que negociar para a constituição de um sujeito coletivo” e “as trajetórias históricas que vão moldando uma forma de fazer política”.

“Os outros sujeitos políticos, com os quais interagimos no cotidiano têm várias formas de influenciar e moldar a constituição de nosso SER sujeito político; uma delas é o desenvolvimento das expressões subjetivas, assuntos como o afeto, a lealdade, as experiências eróticas, as confidências; mecanismos de influência muito potentes que muitas vezes ficam no âmbito do privado.... e quando saem à luz.... debilitam os processos político-coletivos que são a garantia para alcançar o objetivo comum”.

As trajetórias históricas se referem “às estruturas patriarcais que estão ancoradas em mecanismos militaristas e religiosos e que operam nas atividades políticas definindo comportamentos entre as pessoas.... cuja perversidade reside em sua capacidade para se renovar, camuflar-se em novas e criativas propostas discursivas.... caracterizadas pela exclusão e pela submissão”.

¹ Paúl Flores Arroyo, feminista, ativista do movimento GLTB do Peru, comunicadora social com estudos de pós-graduação em gênero, sexualidade e saúde reprodutiva; com experiência de trabalho sobre direitos sexuais e reprodutivos, enfoque de diversidade sexual e processos de formação de jovens para a vigilância cidadã.

² Segundo a citação no texto, a trajetória é o avanço e a reinvenção de estruturas opressoras ao longo da história.

Ambas as influências, destaca a autora, não se dão separadamente; pelo contrário, complementam-se.

A deslegitimação do feminino na prática político feminista

O texto enfoca agora a forma como as expressões subjetivas na interação com os sujeitos políticos feministas influem sobre a constituição do SER feminista e na prática político feminista. Para clarear essas influências Paúl Flores descreve as posições divergentes que um grupo de amigas-companheiras feministas tomou diante de um caso de infidelidade.

- “As expressões subjetivas vinculadas à histeria, à debilidade e ao enamoramento deveriam ser resolvidas no nível público”.... “quando uma das demandas do movimento (feminista) é politizar o privado, questionando os mecanismos patriarcais que nos permitem desconstruir práticas machistas”.... “É necessário colocar este tipo de prática no debate central de nosso movimento”.
- “Muitas vezes, a esta ‘atuação feminina’ é atribuída a responsabilidade das crises e tensões do sujeito coletivo, deslegitimando, dessa maneira, o feminino na prática política”.
- Por não levar a questão ao debate público, “desprestigia, constitui-se no mecanismo que concentra tudo o que é residual da prática política, o que deve ser superado através da invisibilidade... que deve ser controlado e somente exibido na vitrine discursiva...”
- “Este mecanismo de desprestígio, certamente não é exclusividade das feministas, apenas que em nós opera de maneira contraditória, uma vez que no nível do discurso exigimos que a dimensão privada se politize e, por outro lado, convivemos com a afirmação de que os assuntos femininos obstaculizam a atividade política”.
- “Na interação com outros sujeitos políticos, o desprestígio do feminino se dá em dois níveis: No nível privado, quando a subjetividade desata sua animalidade incontrolável causando os mesmos estragos, embora dimensionada de outra maneira. E no nível público, quando a agenda feminista não se encaixa nas demandas do coletivo, da articulação, dos outros movimentos”.

O desprestígio como estratégia político feminista

A tese de Paúl Flores é “politizar o desprestígio, aquilo que perturba, que deslegitima; programar o resíduo feminino e afirmá-lo politicamente, sem temer a nós mesmas, sem temer a perda de reconhecimento, sem temer a negociação. Tampouco sem temer a tradição...” “E é na traição onde se aninha o aporte da diversidade sexual à política do desprestígio, à identidade sexual dissidente e sua intencionada maneira de tornar-se visível”.

“Esta visibilidade, cuja estratégia é a feminização de seu SER sujeito político, a partir da performance que causa comoção à seriedade e ao prestígio do patriarca, até a afirmação de valores transcendentais como a solidariedade e a lealdade, é uma proposta política que está re-dimensionando as influências dos fatores externos. Estaria propondo uma resistência e ao mesmo tempo um questionamento às influências dos outros sujeitos políticos e das trajetórias históricas”.

Comentário inicial para abrir o debate

O texto de Paúl Flores teve Paulina González da REPEM Colômbia como comentarista.

Paulina González inicia sua reflexão destacando a contribuição do texto a “não seguir pensando as mulheres como um conjunto homogêneo caracterizado por problemas comuns, mas sim em uma “poliédrica” complexidade: as diferenças entre homens e mulheres, as diferenças entre mulheres e as diferenças no interior de cada mulher”.

Com base na definição de Paúl Flores sobre a constituição do sujeito políticos e suas observações sobre a deslegitimação do feminino e do sujeito político feminista, sugere um conjunto de perguntas para o debate, como as seguintes:

- Que realidade de opressão e/ou exclusão lutamos para mudar.
- Por que os hierarcas eclesiásticos e os legisladores persistem em controlar nossos corpos e nossa sexualidade.
- A autonomia individual, a independência econômica, a capacidade de ver-nos e narrar-nos a nós mesmas, hoje como ontem são construções do sujeito mulher. Será que são tão anacrônicas que não interessam ao movimento feminista de jovens?
- É possível buscar caminhos que nos permitam atuar com eficácia transformadora sobre a realidade, construindo pontes entre diversos sujeitos através da estratégia das coalizões em contextos diferentes?

Concluindo que...

- “Estas perguntas que têm estado em debate há muito tempo na luta política feminista, não foram resolvidas, juntamente com outras velhas e outras mais novas...”
- “Cada geração coloca sua própria marca ao interpretar e viver o feminismo. Ao valorizar as novas contribuições, alcances e conquistas individuais e lutas coletivas poderemos fazer ouvir a voz das mulheres e reconhecer suas formas autônomas de ação e de resistência”.
- “Não me atrevera a falar de feminismo, mas de feminismos. Os sentidos do feminino, a traição coletiva, a visibilização do sujeito político do desprestígio de que nos fala E. Paúl têm a ver com a crítica das generalizações, com os conceitos monolíticos aplicados universalmente ou com teorias anacrônicas sobre o sujeito mulher. Ao ser consciente das diferenças e levá-las em conta, é possível aportar para a construção de um feminismo que tenha sentido para as jovens, não fechado em um contexto nacional, mas que esteja atento às repercussões da vida cotidiana nas dinâmicas globais”.

As intervenções

Vinte e quatro jovens feministas, de onze países da América Latina e uma da África, enviaram suas contribuições.

Adriana Bautista, México	Janina I. Castro C., Panamá	Maira Solange Hari Domingos, Moçambique
Ana Ximena Quigua Ruiz	Karolina Naranjo Velasco, Colômbia	Manuella Donato, Brasil
Andrea J.C. González, Colômbia	Leidiane Souza de Oliveira	María Llanos Hidalgo
Carina Henríquez, Chile	Leidy Torres, Colômbia	Pierina Rondanelli Delpiano, Chile
Enith Flores, Equador	Lídice Ortega, Honduras	Sherly Echevarría Hinostroza, Peru
Fernanda P. Amaral, Brasil	Liliana Aguirre F., Bolívia	Silvana Suárez, Colômbia
Giannina M. Cama Zúñiga, Peru	Losandro Antonio Tedeschi, Brasil	Tathiana Sequeira, Nicarágua

O debate sobre o texto foi organizado em torno dos enfoques de Paúl Flores, bem como sobre as reflexões de participantes³. De acordo com este critério foram selecionados três temas, que são:

- A influência dos fatores externos na constituição do sujeito político feminista.
- Politizar as expressões subjetivas.
- O desprestígio como estratégia política para redimensionar a influência dos fatores externos.

A influência dos fatores externos na constituição do sujeito político feminista.

Um tema tão importante como a identidade política, a constituição do sujeito político feminista e a influência dos fatores externos provocou reflexões de todas/os as/os participantes, realizadas a partir de suas experiências, posições e lutas, pessoais e coletivas.

Há quem concorde com o enfoque de Paúl Flores sobre a influência das pessoas com as quais se interage no cotidiano na construção da identidade política. “Estou totalmente de acordo que nosso ser sujeito político está moldado pela cotidianidade da vida das pessoas; pelos espaços em que interagimos, pelas pessoas, que queiramos ou não, convertem-se em referências de nossas vidas: para o bonito e o NÃO tão bonito”, diz Tathiana Sequeira, e prossegue, “é aí, no âmbito do privado que nos corrói o cérebro porque entramos em um debate do que seria politicamente correto, devido a esse processo que provavelmente estamos vivendo no que se refere à mudança de pensamento crítico, e essa cotidianidade que está dizendo que não está bem o caminho por aonde você vai”.

Sobre o que é o politicamente correto também reflete Pierina Rondanelli Delpiano, relacionando o rechaço às características que são associadas com o feminino e que são físicas, como a fraqueza, à aceitação do “dever ser” político, de uma imagem estereotipada do bom político ou da boa política imposta pelo mundo da política patriarcal que muitas vezes se reproduz nas organizações feministas.

Na mesma linha vai também o comentário de Lídice Ortega para quem “é importante reconhecer-nos como não idealizadas, e buscar o que é que em cada uma nos faz sentir envolvidas com uma luta pela justiça e pela equidade, com uma luta na qual se aposta por romper com as estruturas de dominação do patriarcado e, sobretudo, o que muitas de nós esquecemos, reconhecer as outras e respeitar as experiências, os conhecimentos, as vidas e os corpos das que nos acompanhamos nesta luta, na busca de um afora que seria o adentro ideal”.

“Reconhecer as outras e outros” se revela nos comentários que falam de feminismos e não feminismos, como o faz Paulina González no comentário inicial, conceito que para ela reflete melhor as complexidades do sujeito mulher e do sujeito político feminista.

“Quando aparecem outras situações de exclusão e vulneração de direitos, como a exclusão por etnia, idade, classe social, orientação sexual, local de moradia, entre outras, esse sujeito político se torna mais complexo”, é a reflexão de Inés Lasa. Em sua opinião, “falar de feminismos é um primeiro passo para incorporar as diferenças e heterogeneidades que nos atravessam como mulheres”.

³ No Anexo encontram-se os textos das intervenções recebidas.

Para Carina Henríquez a existência de feministas indígenas, feministas ambientalistas, jovens, afro, lesbianas, autônomas, entre outras, dá conta dos diversos sujeitos político feministas, o que, para ela, concorda com a construção da identidade política na interação com as outras e os outros em seus contextos.

Para Enith Flores “as condições fundamentais das mulheres são gênero, classe, etnia e geração, destacando que “as teorias feministas desenvolvidas ao longo da história nos demonstram as circunstâncias em que apareceram e, por conseguinte, suas manifestações e propostas de acordo com essas circunstâncias e avanços nas lutas feministas mudam... “ Isso propõe ao feminismo a desafio de estar aberto a novas propostas e demandas das jovens sem esquecer o já avançado pelas gerações anteriores”.

Politizar as expressões subjetivas

Colocar as expressões subjetivas do sujeito político feminista no debate do movimento feminista é uma das propostas de Paúl Flores em seu texto. As reflexões das e dos participantes em torno a esta questão podem ser agrupadas em dois pontos: (i) politizar as subjetividades é uma estratégia acertada para reconhecer a diversidade de sujeitos político feministas, e (ii) politizar o privado tem sido e é uma estratégia feminista através da qual se alcançaram importantes conquistas; não obstante, é necessário continuar com o debate destes e de outros temas dentro do feminismo.

Com relação à primeira observação, as e os participantes vêem a estratégia como um mecanismo que permite o encontro dos diversos sujeitos políticos feministas para debater as apostas de cada um, aprofundar semelhanças, elucidar divergências e buscar pontos comuns para construir um projeto feminista para a transformação social.

Citamos a Pierina Rondanelli Delpiano que retoma uma das perguntas feitas por Paulina González ao comentar a situação de ciúmes que Paúl Flores relata em seu texto, dizendo: “A que realidade nos remete os ciúmes? À concepção de um amor sublime ou à propriedade privada dos seres enamorados? É precisamente para responder e responder-nos esse tipo de perguntas que reside a importância de politizar o privado, pois é aí onde encontramos nossas semelhanças, divergências e diversidades; politizar o privado, inclusive como exercício para construir desde já os mundos que queremos tornar possíveis”.

O comentário de Manuella Donato vai na mesma direção, destacando que a divisão entre o público e o privado tem sido uma das históricas desigualdades de gênero construída. Politizar o privado, para ela, “significa refletir sobre nossa atuação política e cotidiana.... reconhecer-nos com nossas limitações, reconhecer nossos preconceitos, autoritarismos e outros traços da hegemonia que nos propomos a enfrentar”.

Para Lucy Mirtha Ketterer Romero, “o texto de E. Paúl nos urge a aprofundar nosso pensamento sobre as diversas expressões da dominação masculina e sua carga de violência simbólica que se encarna em nossas mentes e corpos de tal forma que nem nós, feministas conscientes, somos, na maioria das vezes, capazes de reconhecer, questão que, sem dúvida, leva a que muitas de nossas práticas sejam poucos coerentes com o próprio projeto feminista que dizemos sustentar”.

A segunda formulação é que politizar o privado tem sido e é uma estratégia feminista através da qual se alcançaram importantes conquistas. Não obstante, é necessário continuar com o debate sobre as subjetividades femininas e outros temas, novos e velhos, fundamentais para as mulheres.

A violência familiar e sexual, os direitos sexuais e reprodutivos e a diversidade sexual, entre outros, recorda Giannina M. Cama Zúñiga, têm sido e são temas da agenda feminista, dos direitos humanos, que passaram do espaço privado para o espaço público.

Na opinião de Enith Flores, “o tema do público e do privado, embora tenha sido bastante discutido, ainda não acaba de ser resolvido, pois é verdade que somos nós mesmas, as feministas, que não conseguimos dar saltos internamente, não só em nossas organizações, mas também em nosso ser mulheres. Por essa razão é um tema que ainda tem muito debate e ações pela frente. No entanto, creio que foi um avanço o feminismo tê-lo colocado em discussão, levando em conta que isto não significa transgredir a intimidade de cada pessoa, mas sim romper com certos esquemas de “privacidade” que nada mais têm feito senão ocultar a opressão e a exclusão das mulheres.....”

Para Lucy Mirtha Ketterer Romero, “visibilizar a complexidade dessa luta política melhora nossa situação estratégica, como sujeitas/os feministas. No entanto, isso não garante as mudanças estruturais que gostaríamos de conseguir; talvez só nos ajude a revelar nossas subjetividades e suas próprias complexidades, e a partir daí a sua politização parece ser totalmente pertinente e muito relevante, algo que, além do mais, sempre fizemos como feministas, pois sempre politizamos nossos desejos mais profundos”.

O desprestígio como estratégia política para redimensionar as influências dos fatores externos

As intervenções em torno da proposta de Paúl Flores de politizar o desprestígio - aquelas características femininas deslegitimadas - como uma estratégia político feminista para provocar a feminização do seu “ser sujeito político”, e ao mesmo tempo recusar os parâmetros patriarcais ainda predominantes, tanto dentro do feminismo como em outros sujeitos políticos, permite identificar três tipos de reflexão. É preciso mencionar que isso é assim agrupado para fins da sistematização, já que as intervenções abordam de uma ou outra maneira os três.

Em todas as intervenções se reconhece que o feminismo é uma teoria e uma prática que questiona o poder hegemônico e as relações de poder do patriarcado, sendo que o centro de sua luta é romper as estruturas de dominação, discriminação e exclusão.

- Aportes que vêem a política do desprestígio como uma forma de debater as divergências dentro do feminismo: remete-se à reflexão de Tathiana Sequeira que opina que as expressões subjetivas não deslegitimam o feminino na prática política, “posto que as feministas não estão isentas do sistema machista e patriarcal no qual foram concebidas e educadas. O sujeito político feminista está em processo de transformação... e há caminho para caminhar quanto à construção do aspecto político feminista... e nesse sentido é sim necessário debater as divergências dentro do feminismo”.
- Reflexões que declaram que todas as práticas que não seguem as dominantes são desprestigiadas pelo poder: Andrea González destaca que “o desprestígio não é algo novo; quando as práticas estão fora daquelas dominantes, são deslegitimadas, desprestigiadas, por viver outras opções, outras possibilidades”. Para Pierina Rondanelli Delpiano “a luta contra a opressão e as propostas políticas de mudança do feminismo vão de encontro a toda uma cultura, e nessa luta se enfrenta com “o desprestígio do feminino” em sujeitos políticos próximos; ou mesmo nas organizações feministas se reproduzem elementos patriarcais”.
- As intervenções que incluem questionamentos à política do desprestígio apresentam diversas apreciações. Algumas e alguns a colocam no âmbito do poder, da luta por ter mais poder dentro do feminismo e posicionar um tema como o mais importante; outras e outros a percebem como uma estratégia que pode causar divisão entre as mulheres e dentro do feminismo; há aquelas e aqueles que vinculam o desprestígio com o próprio feminismo, alegando que ele está desprestigiado na medida em que se afastou da realidade e é rechaçado por muitas mulheres e homens; enquanto que outras e outros, propondo que todas as lutas das

mulheres são primordiais, que tanto as mulheres como os homens são vítimas do patriarcado, indagam por que em vez de assumir posições essencialistas com as quais talvez nem todas e todos possam se identificar, não buscar pontos em comum onde convirjam todas as lutas, por que não politizar os condicionamentos e desconstruir essas marcas de gênero que tanto vulneram e oprimem, a partir de sua raiz cultural.

Comentários finais de Paúl

Sobre os comentários e apreciações, tanto de Paulina como das demais participantes, permito-me recolocar dois aspectos que do meu ponto de vista podem seguir contribuindo para a construção do sujeito-feminista.

Em primeiro lugar, os conteúdos que estamos dando à autonomia, tanto no âmbito privado como no público. Sinto-me mais atraída pela possibilidade de pensar a autonomia a partir do relacional, ou seja, do reconhecimento do outro ou da outra, a partir da capacidade de identificar uma dinâmica relacional com outros/as sujeitos/as.

Esta possibilidade de assumir a autonomia, na qual o sujeito-feminista esteja em permanente inter-relação com os outros/as sujeitos/as permite-mirar, por exemplo, as tensões entre as chamadas correntes feministas da autonomia e da institucionalidade. Que poderiam vir a ser aquilo que Cecilia Olea chama de institucionalidade da autonomia feminista, que nadamais é senão o posicionamento do pensamento feminista na sociedade.

Em segundo lugar, sinto que as novas gerações de feministas e não me refiro apenas a um assunto de identidade étnica, mas sim de renovação de pensamento estão colocando outros elementos para o debate sobre a constituição do sujeito feminista, uma constituição cujo centro não mais seria a relação com o Estado por exemplo -, mas sim o aporte das reflexões a partir da diversidade de identidades, das flexibilidades sexuais, os aportes a partir da teoria queer, as interseções nas chamadas políticas do corpo que concentram demandas político-sexuais e político-sociais.

É este aporte ao debate a partir das identidades que abre o movimento feminista. O debate sobre os sujeitos trans, a relação com as mulheres indígenas e a introdução de reflexões a partir do aspecto intercultural são evidências da renovação geracional, na qual as jovens estão dando uma valiosa contribuição com suas histórias de vida, suas reflexões e suas apostas cotidianas.

Texto 2: “Construção de Identidades Juvenis, Cultura e Religião”

O texto

O segundo texto intitulado “Construção de Identidades Juvenis, Cultura e Religião” foi apresentado por Sandra Mazo⁴.

A autora desenvolve sua proposta em torno a três aspectos que influem sobre a consolidação de um projeto feminista para a transformação social. São eles:

- (i) A busca de sentido com as identidades juvenis, as características e as dificuldades para a inserção política e social nos processos de transformação.
- (ii) As dificuldades culturais, políticas e sociais para estabelecer diálogos de saberes, intercâmbios de experiências e iniciativas que brindam possibilidades de reconhecimento aos processos empreendidos pelos e pelas jovens nos espaços de mobilização e organização social.
- (iii) Se a inclusão e a participação de jovens nos processos sociais trazem olhares alternativos e transformadores, ou não.

A busca de sentido com as identidades juvenis

O enfoque de Sandra Mazo em torno a este aspecto é, resumidamente, o seguinte:

- É necessário refletir sobre as identidades, mas não existem respostas únicas ou objetivas; “variam segundo a intenção de quem as formulam e são interpretadas segundo um conjunto de variáveis, como as necessidades, os interesses, os contextos, os sentidos e os princípios...”
- Não há um só tipo de identidade juvenil (como tampouco há de mulher, de feminista ou de outras categorias que possam ser definidas), mas sim identidades em constante transformação. “As identidades são múltiplas e se definem nas relações que são construídas entre a subjetividade e o coletivo, entre o aprendido e o desaprendido... é um processo dialético que nos constrói e nos desconstrói permanentemente, reafirmando nosso ser individual e nosso sentido do coletivo.
- Nesta linha, a tese da autora é que “pensar um tipo de identidade juvenil é aceitar um exercício que reproduz visões lineares, totalizantes, homogeneizantes e excludentes”..... “Ser jovem constitui uma situação transitória na vida, é uma condição dinâmica e mutável”, permeada “por múltiplas referências identitárias, carregadas de valores culturais, políticos, sociais e até códigos biológicos de grande significado e de variados sentidos na reafirmação da identidade”.
- “As identidades podem assumir características que tornam as jovens e as mulheres adultas diferentes e semelhantes”, e por isso Sandra Mazo considera necessário um enfoque mais holístico e pensar em diversos âmbitos para refletir sobre o papel das pessoas jovens na transformação da sociedade.
- “Cada indivíduo assume sua identidade e seus compromissos sociais motivado por diferentes causas, étnicas, raciais, de gênero, língua, religião, opções políticas, sexuais, etc., que trazem consigo fortes cargas culturais e ideológicas e fazem com que cada opção conflua em exercícios de poder ou em práticas de resistência e transformação”.

⁴ Sandra Mazo é politóloga, jovem coordenadora da Rede de Católicas pelo Direito a Decidir da Colômbia, mestre em Relações Internacionais, defensora de direitos humanos.

- Conclui que “convém, como movimentos sociais alternativos e transformadores, estar mais alerta ao devir dos tempos, ser conseqüentes e coerentes entre o que dizemos e o que fazemos, valorizar e significar mais as relações inter-geracionais e promover as mudanças geracionais necessárias para enfrentar uma visão individualista, fundamentalista, de pensamento único e controlador....”.

As dificuldades para reconhecer os processos de mobilização e organização social empreendidos pelos e pelas jovens

Neste segundo aspecto Sandra Mazo propõe a interrogante sobre o porquê de ainda existirem tão complexas dificuldades para estabelecer o diálogo entre gerações e construir relações justas e equitativas nos processos de participação e representação, abordando dificuldades culturais, políticas e sociais.

- Junto à complexidade na construção das identidades, a autora destaca o “auge desenfreado das religiões que buscam restaurar a era do fanatismo e dos fundamentalismos, com o ânimo de dominar a vida, a liberdade e o pensamento dos e das jovens”. Defende “reivindicar o Estado Laico e defender e reivindicar uma concepção de laicidade nas pessoas e nas instituições”... “Um Estado Laico deve garantir o direito fundamental à liberdade religiosa, ligado à liberdade de consciência, e não pode em absoluto impor normas, valores ou princípios morais particulares, ligados a uma determinada religião.
- Diante da imposição religiosa em negar os direitos das mulheres. Sandra Mazo afirma que “os diálogos entre e interculturais e a realização do princípio valor da diversidade étnica, cultural e religiosa, podem ser um bom caminho para sociedades qualitativamente superiores, nas quais o respeito, o reconhecimento e a participação em condições de igualdades realizem de melhor maneira os direitos para todas e todos”.
- Conclui que é necessário “modificar as práticas e concepções patriarcais dominantes e abrir passagem para reais exercícios de autodeterminação, participação e reconhecimentos, nos quais as e os jovens devem cumprir um papel dinamizador e transformador das condições de opressão”.

As e os jovens: sinônimo de mudança ou de in experiência?

Finalmente, a autora convida a “realizar um debate em torno à seguinte questão: a inclusão e a participação de jovens nos processos sociais, necessária e automaticamente traz olhares alternativos e transformadores ou, ao contrário, também se assiste à consolidação de identidades juvenis permeadas por visões fundamentalistas, anacrônicas e conservadoras, as quais, longe de estimular processos de transformação, reproduzem práticas atávicas, reforçam as formas tradicionais do exercício do poder e reproduzem as relações de dominação do status quo”.

As prioridades de um projeto feminista transformador

- Começar a desconstruir aquelas identidades impostas e construir identidades múltiplas “que têm cor, sabor, odor, paixão, corpo, desejos, nomes, opções, territórios e possibilidades”. Enfatiza também que “é hora de mudar os papéis designados pelo patriarcado, mas também os impostos de maneira tácita por relações de poder desiguais entre as próprias mulheres”.
- Construir um projeto feminista donde “a diferença não seja motivo de desigualdade e esteja baseado em uma nova relação com a natureza, com o conhecimento, com a nossa história, com nós mesmas, mas também com eles; um reencontro permanente com os outros e as outras e novas formas de organização social nas quais confluem as identidades diversas, mas com buscas similares”.

- Fechando com a constatação de que “estamos em um mundo onde nada é linear, onde o presente se constrói com a luta, onde as organizações sociais se compõem de seres diversos e múltiplos, motivo pelo qual não estamos nem estaremos sempre nesses processos de transformação como jovens. Em troca, estamos e estaremos sempre como mulheres, como indígenas, como lesbianas, como camponesas, como afro-descendentes, isto é, desde identidades mais profundas enraizadas em nosso ser, gravadas em nosso corpo, escritas em nossa pele, emolduradas em nossa história e narradas no idioma de nossa ternura”.

Os comentários iniciais para abrir o debate

O texto de Sandra Mazo teve duas comentaristas: Fanny Gómez da REPEM - Colômbia e Sofia Valdivielso do GEO/ICAE - Ilhas Canárias.

Fanny Gómez propõe as seguintes reflexões:

- “É necessário pensar nosso lugar nesse marco de identidades múltiplas, afetado por diversos fundamentalismos que o Estado, as igrejas e a sociedade concretizam em fascismos, patriarcados, militarismos, autoritarismos, pensamento único.... E expressar como as jovens os vivem em seus espaços educativos, de trabalho e de militância com seus pares ou não pares.
- Debater sobre as dificuldades do diálogo inter-geracional, sem impor normas culturais, sociais ou de outra índole.
- A independência simbólica como assunto vital no momento de debater sobre a juventude e sua capacidade de transformar as relações de poder.
- Finalmente, chama a atenção sobre o impacto dos estados confessionais na vida das mulheres, “para entender como a luta por um estado laico que promova um regime de liberdades básicas, que reconheça e respeite a pluralidade política e religiosa, a multiculturalidade étnica e racial, a diversidade sexual e a autonomia individual, tem que ser um ponto central da agenda feminista”.

As reflexões de Sofia Valdivielso se concentram nas questões sobre as identidades múltiplas e suas implicações para a construção de um projeto feminista para a transformação.

Compartilha com Sandra Mazo a idéia de que as identidades são múltiplas, mas adverte que “se o conceito de identidade for ampliado e ampliado, ficamos sem conceito ou sem identidade”. Em sua opinião, é necessário “juntar os fragmentos das identidades múltiplas para construir uma nova identidade que se caracterize por ser mais abrangente, mais complexa e mais profunda”.

A respeito dessa nova identidade, como construí-la, e ao pensar na construção de um projeto feminista para a transformação, propõe:

- “Exercer nossa cidadania, converter-nos em cidadãs ativas, ocupar todos os espaços de poder, influir na tomada de decisões e não esquecer que o que já foi ganho há que cuidar”. Em um mundo regido pela incerteza, onde “as identidades deixaram de ser monolíticas, os destinos deixaram de ser lineares, a tradição já não é fonte de sentido e nela já não encontramos respostas, há que ativar nossas consciências e compreender que sem nossa atividade, sem nosso compromisso, tudo o que se conseguiu até agora pode ser perdido”.
- Envolver as jovens para evitar que “confundam as diferenças com as desigualdades e a igualdade com a uniformidade”,
- Enfrentar a involução exemplificada pelas religiões e pelas igrejas que “seqüestraram a dimensão espiritual do que somos, querendo organizar a vida social impondo seus valores ao

conjunto da sociedade... negando as múltiplas maneiras em que podemos nos organizar socialmente....”.

- “Construir identidades múltiplas, mas ao mesmo tempo construir uma nova identidade, uma visão que integre nossa natureza biológica, psicológica, cultural, social, histórica e espiritual... nossa humana condição... Uma nova identidade que compreenda todas as identidades e esteja unida pelo exercício e pela luta pelos direitos humanos de todas as mulheres”.

As intervenções

No debate do segundo texto dezessete pessoas enviaram seus aportes.

Alfonso Insuasty Rodríguez, Colômbia	Inés Lasa, Uruguai	Nzira de Deus
Ana Ximena Quigua Ruiz	Karolina Naranjo Velasco, Colômbia	Pierina Rondanelli, Chile
C. Jacqueline V. López	Laura Adriana Bautista Hernández, México	Sherly Echevarría Hinostroza, Peru
Carina Henríquez, Chile	Leidy Torres	Tathiana Sequeira
Daniela Vega	Magda Alberto, Colômbia	Yazmina Bastías, Chile
Giannina M.Cama Zuñiga	María Teresa Garzón	

O debate sobre o texto “Construção de Identidades Juvenis, Cultura e Religião” foi organizado levando em conta tanto as exposições de Sandra Mazo e das comentaristas, como as reflexões e propostas provocadas por eles nas e nos participantes.

Uma primeira reflexão se relaciona com as identidades e sua construção. As dificuldades para estabelecer o diálogo entre gerações e construir um projeto feminista inclusivo e transformador é o segundo aspecto abordado pelas e pelos participantes, a partir dos obstáculos e das vias para superá-los. Finalmente, faz-se um resumo dos comentários em torno à interrogante sobre se os jovens são fonte para a mudança e a transformação social⁵.

As identidades

Nesta sistematização serão destacados dois aspectos dos aportes realizados pelas pessoas participantes.

Em primeiro lugar, as e os participantes se identificam com a proposta de Sandra Mazo de falar não de identidade, mas de identidades, relevando que esta visão abarca as diferentes e diversas realidades que vivem as e os jovens no processo de construir e desconstruir sua identidade, pessoal e coletiva. Realidades que abarcam desde o contexto específico dos países do continente latino-americano, o projeto neoliberal e as crises, econômica e social, até o mundo da globalização com sua tendência a impor um ser e um fazer único e linear no momento de evidenciar as diferenças e diversidades existentes neste mundo global. Também realidades nas quais as e os jovens se sentem vulneráveis, diante das incertezas, das expectativas sobre elas e

⁵ No Anexo encontra-se o texto das intervenções recebidas.

eles, e diante de um mundo adulto que diz ter as receitas, mas que não se encaixam com suas visões e projetos.

A esse respeito, Laura Adriana Bautista Hernández opina que “a identidade juvenil nos dá características como força, inquietude, movimento, mas também se torna um estado vulnerável que os meios de comunicação e a educação deficiente utilizam para tornar-nos homens e mulheres sem capacidade de reflexão”.

“A visão das identidades como algo holístico e mutável permite que populações estigmatizadas como nós, jovens, sejamos vistos além da instabilidade e da constante transformação”, nas palavras de Magda Alberto.

A intervenção de Inés Lasa se refere às relações de poder que muitas vezes gera situações não equitativas entre adultos e jovens. Salienta que ante os atributos e as expectativas sobre os jovens, “as possibilidades e meios que temos para realizar o que se espera, nem sempre estão garantidos”; dificuldades para deixar de ser dependentes economicamente da família que incide sobre a autonomia simbólica e afetiva. Para alcançar essa autonomia é imprescindível que “as e os jovens tenham acesso aos âmbitos de poder e de decisão, espaços ocupados por adultos e onde não se promove a participação dos jovens”.

Para Nzira de Deus, “desconstruir as crenças patriarcais” é o nó crítico para as jovens em sua transformação. Em sua opinião, as jovens “têm medo de se expressar, de questionar os modelos sob os quais foram criadas, rechaçar o tipo de identidade imposta e ser simplesmente nós mesmas: mulheres rebeldes e feministas”.

Falar de identidades em plural concretiza Alfonso Insuasty Rodríguez, é um acerto “em um continente pluri-diverso, multicultural, cheio de autonomias regionais; em um contexto assim, as identidades juvenis que afloram são igualmente variadas...” No contexto de condições estruturais de exclusão, estruturas de violência e violência estrutural armada, que marcam a identidades juvenis, “as construções identitárias resultam mais complexas e mutáveis... sendo as e os jovens atores ou receptores dessas dinâmicas diversas”.

Em segundo lugar, as identidades múltiplas, segundo as intervenções, é um conceito inclusivo que permite às e aos jovens olhar-se e perceber-se, e ser concebidas/os não como uma corrente isolada do pensamento feminista, senão como construtoras/os válidos do feminismo, dos movimentos sociais e de um projeto feminista, com aportes diferentes, mas igualmente válidos para a transformação social. Sob esse olhar, as e os participantes propõem caminhos para chegar a uma identidade unitária.

Nas palavras de Yazmina Bastías, pensar em identidades múltiplas “nos dá conta do lindo que é olhar entre nosotr@s o diverso que somos e tudo o que podemos aportar ao feminismo e, portanto, a nós mesmas, para levar nossas vidas de maneira livre, sem culpas, sem fundamentalismos nas costas. Para conseguir essas mudanças, pois mesmo tendo características próprias e únicas somos iguais, tod@s, temos que começar por um trabalho a partir de nós mesmas”. Nesse mesmo sentido, segundo Ana Ximena Quigua Ruiz, “no processo de elaboração das identidades, as e os jovens deveríamos tomar elementos que não permitam a discriminação e que, pelo contrário, orientem-nos para as vias do respeito, da autonomia, da igualdade, da liberdade...”

Princípios e valores como os anteriormente mencionados, também são o que propõe Leidy Torres, ao sugerir a constituição de uma identidade que integre as identidades múltiplas. “Como mulheres feministas é imprescindível ter presente que qualquer ação passa por nosso corpo, como princípio vital; portanto, deve ser respeitado.... Trata-se do reconhecimento e da valorização de princípios básicos de autonomia, liberdade e igualdade, não só na lei, mas partindo do íntimo, do

privado, e com transcendência pública. Isso constitui um passo adiante na luta pelo reconhecimento pleno dos direitos que possuímos nós, sujeitos políticos sociais”.

Daniela Vega opina que da mesma forma que não há apenas uma identidade, “tampouco há apenas um feminismo e se existe um horizonte feminista, existe pela dissidência”.

As dificuldades para estabelecer um diálogo inter-geracional e construir um projeto feminista inclusivo e transformador

Um dos principais temas do texto de Sandra Mazo é o diálogo construtivo para alcançar um projeto feminista inclusivo e transformador, capaz de estabelecer novas relações e um reencontro permanente com as outras e os outros e novas formas de organização social nas quais confluem as identidades diversas com buscas similares.

As interrogações e as propostas desenvolvidas no texto suscitaram um conjunto de reflexões em torno ao diálogo entre gerações, expondo a partir de cada experiência os pontos críticos e ao mesmo tempo indicando possíveis caminhos que possam conduzir a esse encontro.

Mencionam-se problemas derivados das diferenças inerentes a diferentes gerações, como por exemplo: “não nos compreendemos em nossos discursos”, “chocamos com nossas aparências, com nossa música”. Várias intervenções mencionam a necessidade de se perder o medo à diferença ou a fazer coisas diferentes, e aceitar que não existe apenas uma forma de ser e fazer.

A maior parte dos aportes identifica questões de fundo que podem ser resumidas como posições e práticas dentro do feminismo, jovem e adulto, que conduzem à exclusão e à divisão. Entre os obstáculos identificam-se aqueles que têm a ver com a reprodução de estruturas patriarcais dentro dos movimentos, como a luta pelo poder, a incoerência entre o discurso e as práticas, os preconceitos, a incapacidade de construir um discurso e práticas inclusivas das diferentes dimensões e diversidades. A questão da idade também se coloca nesse tipo de reflexão, considerando que essa diferenciação vem das estruturas patriarcais que o feminismo pretende romper.

Da mesma forma, são identificadas desigualdades e iniquidades geracionais, recordando que apesar dos avanços, continuam existindo poucas oportunidades para que as e os jovens obtenha autonomia econômica e acesso à tomada de decisões, motivo pelo qual compreender e incluir as complexidades do mundo atual nas análises, nos discursos e nas práticas é fundamental para promover um diálogo entre as gerações.

Na linha de ampliação e abertura do discurso e da prática feminista para a problemática dos e das jovens, propõe-se igualmente a necessidade de revisar o motivo pelo qual os postulados e as ações do feminismo não chegam a setores mais amplos de mulheres, como as donas de casa e as trabalhadoras.

O segundo aspecto que é importante recolher se refere aos aportes das e dos participantes em torno às possíveis vias para chegar ao diálogo inter-geracional. As intervenções permitem estabelecer duas perspectivas a partir das quais se propõe o encontro entre gerações.

Uma dessas perspectivas se identifica com os valores e as premissas contidas no conceito de identidades múltiplas: o reconhecimento, a valorização e a inclusão das diversas identidades em suas diferentes existências, expressões, lutas e práticas, bases essas consideradas fundamentais para promover um diálogo construtivo. “Reconhecer-nos e respeitar-nos em nossas diferenças e diversidades” é uma das demandas que cruza praticamente todas as intervenções. Ou na reflexão de Pierina Rondanelli, “seguir gerando condições a partir da cotidianidade do privado ao público, a partir de nossas diversidades, para o desenvolvimento de práticas libertadoras de mãos dadas com um pensamento crítico que nos permita estar atentas ao nosso entorno, que conduza à

‘unidade múltipla’: para o reconhecimento de outras e outros como legítimas outras e legítimos outros”.

Nessa mesma linha também vai a proposta de Sherly Echevarría Hinostroza, para “construir uma visão na qual todos e todas nos vejamos refletidas e representadas, que supere tempo e espaço... ser capazes de compor entre tanta diversidade pontos comuns que tenham a capacidade de dar direção ao projeto feminista”; sem dúvida um desafio a que se propõe o feminismo, mas possível como visão, nas quais as diferenças que geram desigualdades já não sejam fonte de desigualdade.

Criar uma nova linguagem, ser coerente entre o discurso e as práticas, capaz de superar conflitos e conciliar a diversidade em pontos comuns, são outras características que sustentam o anteriormente dito.

A segunda perspectiva encontrada nas reflexões é a de colocar os direitos humanos como marco valorativo e normativo para chegar a um projeto inclusivo e transformador. Daniela Veja, por exemplo, propõe “reivindicar os direitos das mulheres, sexuais, reprodutivos, trabalhistas nas relações de poder cotidianas tanto no plano privado como no público”; Karolina Naranjo Velasco afirma que “assumirmos a bandeira de nossos direitos nos permite fortalecer uma identidade de luta ou a rota a seguir para poder incidir nos espaços de decisão, fazendo inclusão de nossas opiniões e apostas”; e na opinião de Leidy Torres, “a luta pelo reconhecimento pleno dos direitos deve ser alicerçada a partir dos e das jovens, que por seu caráter renovador possuem novas idéias e contribuições que devem ser levadas em conta, pois dinamizam os processos de inserção social de novos atores...”

Por último, há que destacar que tanto Sandra Mazo como as e os participantes falam quase exclusivamente “das e dos jovens”, de “todas e todos”, fato de grande transcendência neste debate sobre um projeto feminista inclusivo e transformador, assinalando que o feminismo já não é, ou não devia ser, apenas um pensamento, um movimento ou uma prática de, com e para as mulheres em sua diversidade.

Segundo Yazmina Bastías, “...tenho ouvido muitas companheiras feministas falando de integração quando não são capazes de acreditar que possam existir companheiros feministas junto a nós. Mesmo dentro de nossas atividades ainda existem essas dicotomias que chamamos de absurdas, mas que replicamos; às vezes penso que com essas ações estamos construindo uma espécie de segundo patriarcado”. Daniela Veja, em sua intervenção, pensa na construção da nova sociedade a longo prazo dizendo que “... para mim a questão está em que não existam as categorias homens e mulheres, mas sim seres humanos, não iguais porque todos e cada uma ou um de nós somos diferentes, mas equivalentes no peso específico de ser humano...”.

As e os jovens e a mudança

Uma das interrogações que Sandra Mazo deixa no final de seu texto é a de se as e os jovens representam necessariamente a mudança, contribuem com olhares alternativos e transformadores para as transformações sociais ou, pelo contrário, as visões fundamentalistas, anacrônicas e conservadoras têm permeado as identidades juvenis.

Estas interrogantes, a capacidade para promover transformações sociais, a inexperiência para participar em processos de mudança ou o peso do renovado auge de ideologias únicas controladoras são abordadas de uma forma ou de outra em todas as intervenções. Neste ponto são apresentadas as reflexões que as tratam de maneira direta.

As intervenções deixam entrever três tipos de reflexão. Em primeiro lugar, a que se refere às expectativas do mundo adulto e da sociedade em geral sobre a juventude, depositando nela a esperança de continuar ou melhorar uma visão de projeto dirigido a alcançar um mundo mais

justo. María Teresa Garzón se pergunta “por que se espera que as pessoas jovens sejam fonte de mudança, o que é que têm as pessoas jovens para que sobre elas recaia uma esperança de mudança, contestando que é a força da juventude, a utopia que as guia, mas adverte que essa utopia também as desanima”.

Em segundo lugar, se assumirmos que as e os jovens são a esperança para a transformação social, questiona-se o acesso limitado às oportunidades econômicas, sociais e políticas. Na opinião de Giannina Cama Zuñiga, os jovens representam sim a mudança, ao mesmo tempo em que propõe que a única maneira para que realmente participem e adquiram experiência “é dando-lhes espaços de participação, empoderando-os e inserindo-os dentro do processo de transformação social e política de cada Estado”. Enfrentar a imposição de formas únicas de existir, segundo Magda Alberto, é outro desafio que diferencia esta geração das anteriores. Para Inés Lasa, “reconhecer e estar atentos aos desincentivos que o projeto neoliberal coloca aos processos de participação coletiva deve ser tarefa de todas as gerações, porque não só atravessa as e os jovens, mas também os adultos”.

Por último, Jacqueline López faz recordar que “em muitas ocasiões quem fez as mudanças sociais na América Latina foram as e os jovens de distintas épocas. A juventude, como tudo o que corresponde ao ser humano e humano é mutável, tudo dependerá do seu contexto histórico social e de como se assume a identidade que lhe é imposta ou que ele ou ela mesma decida construir”. Carina Henríquez pensa que a inexperiência não deve ser causa da invisibilização de um discurso, pelo contrário, “se falamos de um projeto feminista, creio que seria aquele em que, em primeiro lugar, sejamos sinceras, acreditemos em nós, em nossas lutas, respeitemos nossas diversidades, nossas formas de fazer feminismo e no qual deixemos para trás as práticas de submissão do âmbito público que tanto repudiamos.”

COMENTÁRIOS FINAIS DE SANDRA MAZO:

Em primeiro lugar, quero agradecer os valiosos aportes de todas as pessoas participantes do seminário a este texto que, sem dúvida, foi complementado e enriquecido por todas de uma maneira muito especial e gratificante.

Sinto-me muito satisfeita porque agora estas idéias iniciais que queriam suscitar reações em vocês, por fim se converteram em um patrimônio coletivo de todas nós. Agora, este documento pertence a todas e seria fabuloso poder seguir qualificando esta reflexão, formulando-nos mais questionamentos e propondo novos desafios neste inesgotável exercício de construir as identidades e reafirmar nossas militâncias.

Tenho a certeza de que já avançamos muito neste redescobrir-nos permanentemente como jovens, que já estamos começando a transpor as barreiras da idade para continuar sendo jovens, entendendo este tipo de identidade muito além dos limites da idade, re-significando a juventude como uma aposta mais vital, transformadora, transgressora e subversora que nos torna partícipes eternas de juventudes em construção e desconstruções coletivas.

Por outro lado, compartilho com muitas de vocês a necessidade de pensar estratégias que nos ajudem a enfrentar os fundamentalismos de todo tipo (religiosos, políticos, econômicos, culturais, sexuais, sociais, etc.) que pretendem controlar nossas consciências, nossas vidas e liberdades.

Hoje, mais do que sempre, é necessário que como mulheres, como feministas, como jovens, como mulheres afro, lgbt, indígenas... sigamos nesse empenho real e político por fazer com que nossos corpos sejam territórios seguros e autônomos nos quais só nós mesmas possamos decidir; neste sentido, quero reivindicar uma vez mais o lema: meu corpo é meu e eu decido; pois é imperativo que o estado, e menos ainda as igrejas, deixem de intervir neste âmbito essencial e constitutivo de nossas vidas.

Finalmente, quero reanimar a reflexão permanente sobre os diálogos entre gerações e as mudanças geracionais; não podemos fazer o jogo do pensamento único, do neoliberalismo, da globalização das consciências, dos fundamentalismos vorazes que o que pretendem é atomizar-nos, silenciar-nos e converter-nos em massa amorfa para fazer parte do sistema.

Neste sentido, meu convite é para fortalecer-nos como mulheres, como movimentos sociais e como cidadãs carregadas de multiculturalidade, pluri-etnicidade e múltiplas formas de construir relações mais humanas, fraternas, solidárias e justas.

Um abraço para todas, e muito obrigada.

Sandra Mazo

Católicas pelo Direito a Decidir - Colômbia

POLÍTICA

Reflexões iniciais em torno à potencialidade

DODESPRESTÍGIO

política do feminino

E. Paul Flores Arroyo
Feminista, mulher cultural e sujeito diverso-sexual

É freqüente entender-se a identidade política como a constituição do sujeito a partir do reconhecimento de sua posição de opressão e/ou de exclusão na sociedade, uma posição a partir da qual começa a ser consciente e diante da qual propõe mecanismos de ação, com a finalidade de transformar essa realidade. Esse mecanismo está provido de uma série de atuações que permitem ao sujeito, levando em conta seu contexto e relação com as outras pessoas, construir um discurso que concentra os argumentos de sua demanda, as anotações históricas da opressão da qual pretende sair e as propostas para mudar essa situação.

Assim, a identidade política estaria caracterizada pela produção de argumentos que o sujeito deve definir a favor de sua causa e também pelo reconhecimento de sua história, através da documentação da memória e pela elaboração de propostas realizáveis para alcançar essa mudança. Mas o desenvolvimento desse processo de constituição do sujeito político não está relacionado com as características intrínsecas que mencionamos; também tem a ver sobretudo com os múltiplos fatores externos que influem nesse processo e que, por causa dessa mesma influência, o sujeito assume mudanças e adequações.

A complexidade que se adverte ao propor essas afirmações sobre a constituição do sujeito político são tais quando reconhecemos que esses fatores externos têm relação com a presença de outros sujeitos políticos com os quais e em muitos casos teremos que negociar para constituir um sujeito coletivo. E também tem relação com as trajetórias históricas que vão moldando uma certa forma de fazer política.

Os outros sujeitos políticos, com os quais interagimos no cotidiano, têm várias formas de influenciar e moldar a constituição do nosso SER sujeito político. Uma delas é o desenvolvimento das expressões subjetivas; assuntos como o afeto, a lealdade, as experiências eróticas, as confidências são mecanismos de influência muito potentes que, muitas vezes, ficam no âmbito do privado, sem ter a capacidade de se por no centro de uma reflexão política e que só sai à luz quando se constitui como a “força demoníaca” que debilita os chamados processos político-coletivos que são a garantia de alcançar o objetivo comum.

No âmbito das influências que têm as trajetórias históricas sobre nossa identidade política, devemos mencionar as estruturas patriarcais que estão ancoradas em mecanismos militaristas e religiosos e que operam nas atividades políticas definindo comportamentos entre as pessoas. Assuntos como a cumplicidade fraterna, a autoridade baseada na acumulação de prestígio em virtude do gênero ou da idade, e o uso de metodologias militaristas para a disputa de sentido em público, são características do desenvolvimento que fazem com que as trajetórias históricas, cuja perversidade reside em sua capacidade para se renovar, camuflem-se em novas e criativas propostas discursivas que agradam, mas que no entanto ocultam as lógicas de um centro-margem caracterizado pela exclusão e pela submissão.

O sujeito político feminista

Se reconhecermos que o feminismo é uma identidade política, cuja constituição também passa pelo processo anteriormente descrito, me interessa para efeitos deste debate identificar esses fatores externos que influem no processo de constituição do SERfeminista. Ou seja, de que forma as expressões subjetivas influem em nossa interação e que nível de influência têm as trajetórias históricas. Mas, além disso, afirmo que estas duas influências não se dão separadamente, eu as menciono assim para efeitos de descrição, no entanto sua atuação é dinâmica, entrelaçada e inclusive pareceria que, em seus efeitos, trabalhariam de maneira complementar.

Para identificar de maneira mais precisa essas influências, quero descrever um fato de que fui testemunha e que seguramente não foi genuíno movimento feminista. Em um coletivo conheci feministas cuja relação amorosa parecia não ter maior complicação com o trabalho político que realizavam. Algum tempo depois de haver realizado algumas ações interessantes, eu as encontrei em uma festa e tudo parecia estar bem, ou seja, não parecia que houvesse maiores problemas. Grande foi o meu assombro quando uma delas reprovava de maneira eufórica a infidelidade de sua companheira. Imediatamente no grupo de amigas-companheiras foram assumidas posições divergentes: algumas consideravam que esse assunto tinha que ser resolvido apenas entre elas, outras se encarregavam - muito diligentemente - de deslegitimar o proceder da suposta vítima e, de outro lado, um grupo muito reduzido sentia que havia uma contradição no procedimento da suposta infiel.

Diante desse fato, poderíamos fazer muitas afirmações e menciono duas que me passaram pela cabeça: Esse tipo de situação costuma acontecer e não deve ser exclusividade das feministas; é lamentável que acontecimentos como esses não se resolvam no nível público quando uma das demandas do movimento é politizar o privado, questionando os mecanismos patriarcais que nos permitem desconstruir práticas machistas.

Além de reconhecer que qualquer uma de nós poderia estar nesta situação e que é necessário colocar esse tipo de prática no debate central de nosso movimento, também me interessa levantar uma questão que tem a ver com a maneira como a interação com as outras e a presença das trajetórias moldam nossa prática político-feminista.

Essa questão é a deslegitimação do feminino na prática política, isto é, um processo pelo qual seguimos concentrando na identidade feminina uma série de expressões subjetivas vinculadas à histeria, à fraqueza que, quando saem à luz desatam sua animalidade incontrolável e longe de dar-lhes um rumo positivo nos encarregamos de re-situá-las, re-dimensioná-las no âmbito privado. Mas não é só isso, muitas vezes se atribui a essa “atuação feminina” a responsabilidade das crises e tensões do sujeito coletivo.

Como consequência, essa atuação feminina desprestigia, constitui-se como o mecanismo que concentra tudo o que é residual da prática política, aquilo que deve ser superado através da invisibilidade das condições subjetivas, aquilo que deve ser controlado e só exibido na vitrine discursiva, situando-o muitas vezes como uma demanda quase abstrata que já ninguém pode identificar com situações concretas.

O desprestígio como estratégia político-feminista

Esse mecanismo de desprestígio certamente não é exclusividade das feministas, mas é que em nós

opera de maneira contraditória, uma vez que no nível discursivo exigimos exigimo-nos que a dimensão do privado se politize e, de outro lado, convivemos com a afirmação de que os assuntos femininos obstaculizam as atividades políticas.

Mas o desprestígio também opera em outros espaços onde nós, feministas, colocamos nossas apostas políticas. Porém na interação com esses outros sujeitos políticos o desprestígio do feminino se dá em dois níveis. No nível privado, quando a subjetividade desata sua animalidade incontrolável causando os mesmos estragos, embora dimensionada de outra maneira, e no nível público, quando a agenda feminista não se encaixa nas demandas supostamente mais importantes do coletivo, da articulação, dos outros movimentos.

Esse desprestígio, e seu inevitável posicionamento opera como um câncer político do qual não se pode escapar. Nós, mulheres biológicas, culturais, solidárias, cada vez mais presentes em espaços políticos amplos, somos as causadoras dessa infestação. Posicionamentos feministas estão gerando processos de desprestígio diante dos quais os outros sujeitos políticos devem se re-situar, muitas vezes tratando de extirpar miasmas cancerígenos do feminino. Outras vezes, tratando de controlar e re-dimensionar a presença do feminino, que afinal de contas é o que é deslegítima, nem sequer a presença da mulher em si mesma, mas sim sua voracidade para potencializar e afirmar sua identidade feminina, sua vocação de histórica, de fraca e enamorada.

Por isso nos assiste a necessidade de politizar o desprestígio, de assumir como marca aquilo que perturba, aquilo que deslegitima. Assiste-nos a necessidade de programar o resíduo feminino e afirmá-lo politicamente, sem temor a nós mesmas, sem temor à perda de reconhecimento, sem temor à negociação. E tampouco sem temor à traição, que muitas vezes está na base de pactos infames que nós, feministas, denunciemos e por isso somos questionadas.

E é na traição onde se aninha o aporte da diversidade sexual à política do desprestígio, da identidade sexual dissidente e sua intencionada maneira de se fazer visível.

Essa visibilidade, cuja estratégia é a feminização de seu SER sujeito político, a partir da performance que causa comoção à seriedade e prestígio do patriarca, até a afirmação de valores transcendentais como a solidariedade e a lealdade, é uma proposta política que está re-dimensionando as influências dos fatores externos. Estaria propondo uma resistência e ao mesmo tempo um questionamento às influências dos outros sujeitos políticos e das trajetórias históricas.

A presença do sujeito diverso-sexual tenta gerar uma comoção sensível que altere o curso dos sentidos habituais de um determinado espaço. Essa alteração dos sentidos apela à apropriação de elementos sagrados que não são impostos pelas trajetórias históricas e pela relação com os outros sujeitos políticos, devolvendo-a infectada, contagiada pela sarna feminina, mas ao mesmo tempo dotada de sentido político que coloca na esfera pública seu discurso, sua história e suas propostas.

Outro aporte dos sujeitos diverso-sexuais para a política do desprestígio é a busca da traição coletiva à aspiração masculina. O próprio sentido de coletividade marca uma pauta dissidente que reivindica referentes de solidariedade e confiança, mas também é uma denúncia às nações de patriotismo, identidade nacional e revolução que novamente nos são impostas pelas trajetórias históricas, que se afirmam a partir do patriarcal, que não reconhece as diversas identidades e expressões da sexualidade ou que as reduz a um sentido subalterno e despolitizado.

Esta traição coletiva é a que nos faz cúmplices, mas ao mesmo tempo heroínas, em um mundo onde ser feminino é ser objeto de discriminação. Faz-nos subversivas porque propomos os sentidos do feminino como as bases de uma proposta política alegre, solidária e libertadora.

É então a existência, latente ou visível, do sujeito político do desprestígio quem nos faz ver como diz Marguerite Yourcenar-, aquilo que não queremos ver, ou que por força do costume já não vemos.

Ponencia 2: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES JUVENIS, CULTURA E RELIGIÃO

Por: Sandra Mazo
Católicas pelo Direito a Decidir - Colômbia

“Alguns grupos pensam que somos muito jovens para saber. Deveriam saber que somos muito jovens para morrer”. Reunião da Global Youth Partners, Nova York, Setembro de 2003.

“Definitivamente não há uma só maneira de ser mulher, de ser jovem, de ser mulher jovem, de ser mulheres jovens, estamos atravessadas por diferentes características identitárias, assumimos diversas sexualidades, rompemos mitos... nós somos nosso corpo, nosso corpo não é um ente separado de nós, porque somos enquanto temos corpo que é nosso primeiro território político e de resistência, em um constante questionar”.

Mirla Hernández,
Jovem dominicana, integrante da REDLAC

Ante a pergunta sobre as identidades juvenis, no esforço por consolidar um projeto feminista que contribua para a transformação social, é necessário salientar três aspectos de especial interesse, a partir dos quais se torna possível um espaço dialógico que permite problematizar e deixar formulados aspectos indispensáveis para essa aposta que, em todo caso, enfrenta múltiplos obstáculos, mas que ao mesmo tempo abre novos espaços no aspecto político, social e cultural, na perspectiva de um projeto feminista inclusivo e transformador.

A primeira reflexão tem como ponto de partida a indagação sobre a identidade em geral e uma busca de sentido para as identidades juvenis em particular, tratando de desemaranhar os nós que dificultam a inserção política e social da juventude nos processos de transformação.

Posteriormente, serão abordadas algumas hipóteses acerca das dificuldades culturais, políticas e sociais para a existência de diálogos de saberes, intercâmbios de experiências e iniciativas que brindem possibilidades de reconhecimento real aos processos empreendidos por jovens, nos espaços de mobilização e organização social. Para isso, cabe perguntar: por que ainda existem dificuldades tão complexas para estabelecer o diálogo entre gerações e construir relações justas e equitativas nos processos de participação e representação?

Finalmente, convém provocar um debate crítico e reflexivo em torno à seguinte questão: a inclusão e a participação de jovens nos processos sociais trazem, necessária e automaticamente, olhares alternativos, ou pelo contrário, também se assiste à consolidação de identidades juvenis permeadas por visões fundamentalistas, anacrônicas e conservadoras que, longe de animar processos de transformação, reproduzem práticas atávicas, reforçam as formas tradicionais do exercício do poder e reproduzem as relações de dominação do status quo.

Posto isso, em primeiro lugar convém afirmar que “as identidades não são rígidas nem muito menos imutáveis. São os resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Inclusive as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher ou de homem... escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades, em constante processo de transformação, responsáveis, em última instância, pela sucessão de configurações hermenêuticas que de uma época a outra dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso”. Em tal sentido, a pergunta sobre a identidade e sobre as identidades é necessária, mas não tem respostas únicas e muito menos objetivas, já que esse conceito varia segundo a atenção de quem o formula. Por conseguinte, para o caso que nos ocupa, as identidades são reinterpretadas segundo as necessidades, os interesses, os contextos, os sentidos e os princípios que regulam a reflexão, razão que leva a aceitar que as identidades se definem, necessariamente, nas relações que se constroem entre a subjetividade e o coletivo, entre as aprendizagens adquiridas e a cultura, entre o aprendido e o desaprendido, entre a tradição e a transgressão, entre o novo e o velho; enfim, é um processo dialético que nos constrói e desconstrói permanentemente, reafirmando nosso ser individual e nosso sentido do coletivo.

O dito anteriormente estimula uma noção divergente da identidade, pois pensar “um tipo de identidade juvenil” é aceitar um exercício que reproduz visões lineares, totalizantes, homogeneizantes e excludentes, ao mesmo tempo em que anima a ambigüidade na própria configuração das identidades, pois ser jovem constitui uma situação transitória na vida, é uma etapa no processo de desenvolvimento das pessoas, é uma condição dinâmica e mutável que se encontra permeada simultaneamente por múltiplas referências identitárias carregadas de valores culturais, políticos, sociais e até códigos biológicos de grande significação e de variados sentidos na reafirmação da identidade.

No caso das mulheres jovens, por exemplo, cabe ressaltar as palavras sugestivas de Marcela Lagarde, que sugere que “não se pode só falar de mulheres jovens, mas é preciso identificar se são jovens proletárias, se são jovens desempregadas, se são jovens mães, se são jovens na plenitude de suas capacidades corporais. Se são jovens que têm um lugar para morar ou não o têm. Se são jovens que vivem em seu país ou emigraram de seu país; se são jovens que vivem na legalidade ou vivem na ilegalidade. Se, além disso, foram submetidas a formas particulares de violência. Todas estas características nos tornam mulheres adultas e jovens diferentes e semelhantes entre nós”.

Com estas propostas de caracterização das identidades, o que se quer é promover um enfoque mais holístico daquilo que compreende a noção de identidade juvenil, a qual recobra sentido na medida em que nos leva a pensar em diferentes âmbitos para refletir sobre o papel das pessoas jovens na transformação da sociedade; é evidente que, no mundo de hoje, cada indivíduo assume sua identidade e seus compromissos sociais motivados por diferentes causas, que podem ser étnicas, raciais, de gênero, língua, religião, opções sexuais, etc., que além do mais carregam fortes cargas culturais e ideológicas e fazem com que cada opção conflua em exercícios de poder

ou em práticas de resistência e transformação mediatizadas pelo tipo de educação e de referências com os quais fomos informados (as).

Convém então, como movimentos sociais alternativos e transformadores estarmos mais alertas ao devir dos tempos, sermos consequentes e coerentes entre o que dizemos e o que fazemos, valorizar e re-significar mais as relações entre gerações e promover as mudanças geracionais necessárias, pois, indubitavelmente, a juventude se enfrenta a grandes e perigosos paradigmas mediados por uma sociedade de mercado e de consumo, no marco de um projeto de neoliberalismo econômico, ideológico, político, cultural, social, etc., que incentiva uma visão individualista e fundamentalista do mundo; a juventude enfrenta hoje graves riscos de um mundo globalizador que promove o pensamento único e Estados que, através do medo, pretendem controlar as consciências, os corpos, os desejos e as pessoas.

Junto a estes riscos tão evidentes e tão centrados em capturar a juventude, assiste-se ao auge desenfreado das religiões que por todos os meios buscam instaurar a era do fanatismo e dos fundamentalismos, cativando as consciências e os corpos com o ânimo de dominar a vida, a liberdade e o pensamento das e dos jovens. É como se em movimentos recorrentes se quisesse forçar o pêndulo da história para retornar a Estados confessionais, a teocracias e ao exercício do poder político por delegação divina. Mas, perante isso há uma idéia superior de reivindicar “a vigência do Estado Laico”, entendido como aquele que se distancia radicalmente das diferentes confissões religiosas que existem na sociedade. O Estado Laico é exatamente a antítese, o antípoda do Estado Confessional e como consequência, além de não adotar qualquer religião como oficial deve garantir o direito fundamental à liberdade religiosa, ligado à liberdade de consciência. Nesse caso, um Estado Laico não pode, em absoluto, impor normas, valores ou princípios morais particulares ligados a uma determinada religião.

É claro, então, que defender uma concepção de laicidade nas pessoas e nas instituições coincide com a defesa da democracia real e radical e com a liberdade, a autonomia e a dignidade das pessoas, pois a soberania e a autonomia significam para os povos o que a dignidade significa para as pessoas. Por isso, a imposição religiosa nega nossos direitos e é tão odiosa como a proibição de exercer nossa religiosidade, razão suficiente para pensar que os diálogos entre e interculturais e a realização do princípio valor da diversidade étnica, cultural e religiosa podem ser um bom caminho para chegar a sociedades qualitativamente superiores, nas quais o respeito, o reconhecimento e a participação em condições de igualdade, realizem da melhor maneira os direitos para todos e todas.

Como consequência, é também o momento indicado para mudar as práticas e concepções patriarcais dominantes e dar passagem a reais exercícios de autodeterminação, participação e reconhecimento, nos quais, e sem dúvida, a juventude deve cumprir um papel dinamizador e transformador das condições de opressão.

Nesta ordem de idéias, é prioritário que, diante desta realidade adversa e dicotômica, nós mulheres, feministas, e especialmente mulheres jovens, comecemos a desconstruir aquelas identidades impostas e construamos identidades múltiplas que têm cor, sabor, odor, paixão, corpo, desejos, nomes, opções, territórios e possibilidades; por isso, é hora de mudar os papéis atribuídos pelo patriarcado, mas também aqueles impostos de maneira tácita por relações de poder desiguais entre as próprias mulheres. Embora se tenham alcançado importantes avanços no reconhecimento dos nossos direitos e tenham sido abertos espaços no âmbito público e político, ainda não foram

transformados estruturalmente os modelos de ser mulheres, militantes, feministas, mães, amantes, filhas, amigas...

Nesta busca radical das identidades, na qual a diferença não seja um motivo de desigualdade, somos chamadas a construir nosso projeto, o que implica uma nova relação com a natureza, com o conhecimento, com a nossa história, com nós mesmas, mas também com eles, em um reencontro permanente com os outros e as outras e, sobretudo, somos chamadas a nos dotar de novas formas de organização social, nas quais confluem as identidades diversas, mas com buscas similares.

Finalmente, julgo interessante esboçar uma questão que há anos me proponho, pois nesse trajeto de jovem a adulta me surgiu o seguinte questionamento: tudo o que provém de jovens é novo, transformador, criativo e dinâmico? Ou seja, a palavra jovem é necessariamente sinônimo de mudança? Ou a palavra jovem é, necessariamente, sinônimo de inexperiência? Enfim, estas duas perguntas podem talvez ser o começo de outro seminário, mas não posso ir embora sem dizer-lhes que estamos em um mundo em que nada é linear, onde o presente se constrói com a luta, onde as organizações sociais se compõem de seres diversos e múltiplos; e por isso não estamos nem estaremos sempre nesses processos de transformação social como jovens. Por outro lado, estamos e estaremos sempre como mulheres, como indígenas, como lesbianas, como camponesas, como afro-descendentes, isto é, a partir de identidades mais profundas, enraizadas em nosso ser, gravadas em nosso corpo, escritas em nossa pele, marcadas em nossa história e narradas no idioma de nossa ternura.

Paulina González Sánchez

Feminista, mulher biológica e cultural, heterossexual de baixa intensidade

E. Paul inicia seu texto identificando-se (quem é ele) e o faz a partir de algumas categorias que tentam revelar-nos seu pertencimento a um projeto político (o feminista) a uma construção cultural (mulher) e a uma identidade sexual (diverso) e aí nos coloca diante de um primeiro nó nevrálgico do debate feminista: quem são os sujeitos do projeto feminista? Mas, além disso, deixa entrever as mudanças profundas e as premissas de um novo modo de viver a subjetividade feminista, mais de acordo com a sociedade pós-moderna que tem permitido que não se continue pensando as mulheres como um conjunto homogêneo caracterizado por problemas comuns (unidas apenas pela condição de ser um “segundo sexo”), mas em uma “poliédrica” complexidade: as diferenças entre homens e mulheres, as diferenças entre mulheres e as diferenças no interior de cada mulher. E aqui destaco um dos traços do feminismo do movimento de jovens, essa sensibilidade pós-moderna que lhe permite diferenciar-se da primeira onda do movimento feminista ocidental branco e das outras ondas que se moveram na região latino-americana e do Caribe.

E. Paul situa o núcleo de seu texto na deslegitimação do sujeito político feminista devido ao domínio de características subjetivas ancoradas no âmbito privado e concretiza essa premissa narrando um fato concreto: uma cena de ciúmes em um espaço público. Mas antes nos havia afirmado que a constituição do sujeito político é entendida a partir do reconhecimento de sua posição de opressão e/ou exclusão da sociedade e das diversas formas de ação para mudar essa realidade. A que realidade nos remete o ciúme? A uma concepção de amor sublime ou à propriedade privada dos seres enamorados? Que tipo de relação protege o matrimônio? Casam-se mais, menos, as jovens feministas? Quais são os traços distintos das novas relações afetivas das jovens e das não tão jovens? Por que é político lutar na Colômbia e em outros países da região pelo reconhecimento do casamento e das uniões de fato de lesbianas e gays? Por que nós, mulheres, lutamos pela visibilização, pelo reconhecimento e pelo desencargo da economia do cuidado? Por que persistem em controlar nossos corpos e nossa sexualidade os hierarcas eclesiais e os legisladores?

As perguntas anteriores já estão há muito tempo no debate acadêmico e na luta política e remetem ao questionamento de uma das instituições portadoras da opressão das mulheres que persistem nesta época de globalização. Esses temas não foram resolvidos, juntamente com outros velhos e outros mais novos: a opressão econômica, as migrações de mulheres jovens para se encarregar do cuidado em lares europeus, a discriminação racial, o poder político, a ablação do clitóris de mulheres indígenas... Cada geração coloca sua própria marca ao interpretar e viver o feminismo. Ao avaliar as novas contribuições, as aquisições e as conquistas individuais e as lutas coletivas poderemos fazer ouvir a voz das mulheres e reconhecer suas formas autônomas de ação e de resistência.

Virginia Woolf já nos falava sobre a condição feminina e a alienação da mulher na sociedade nesse belo relato: Um Quarto Próprio, e nos propunha que a mulher deveria ter um quarto próprio e 500 libras, mas, além disso, deveria encontrar sua própria voz

para narrar-se. Woolf conta que ao tirar da estante a novela *A Aventura da Vida* escrita por Mary Carmichael em uma página aberta ao acaso: “Chloe gostava de Olivia...” e continua alerta para encontrar o fato, porque como ela mesma expressa “porque se Chloe gosta de Olivia e Mary Carmichael sabe expressá-lo, acenderá uma tocha nesta grande câmara onde ninguém ainda penetrou...”

Autonomia individual, independência econômica, capacidade de ver-nos enarrar-nos a nós mesmas... como diz o bolero, hoje como ontem são construções do sujeito mulher. Será que são tão anacrônicas que não interessam ao movimento feminista de jovens? É possível buscar caminhos que nos permitam agir com eficácia transformadora sobre a realidade, construindo pontes entre diversos sujeitos através da estratégia das coalizões em contextos diferentes?

Neste ponto já não me atrevera a falar de feminismo, mas sim de feminismos. Os sentidos do feminino, a traição coletiva, a visibilização do sujeito político, do desprestígio de que nos fala E. Paul tem que ver com a crítica às generalizações, aos conceitos monolíticos aplicados universalmente ou a teorias anacrônicas sobre o sujeito mulher. Sendo conscientes das diferenças e levando-as em consideração é possível contribuir para a construção de um feminismo que tenha sentido para as jovens, não encerrado em um contexto nacional, mas que esteja atento às repercussões da vida cotidiana nas dinâmicas globais.

Bogotá, 19 de junho de 2009

COMENTÁRIOS de Fanny Gómez ao TEXTO de Sandra Mazo

“CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES JUVENIS, CULTURA E RELIGIÃO”

Com o propósito de provocar a reflexão sobre a contribuição das mulheres jovens a um projeto feminista de transformação social, Sandra nos convida, a partir de um enfoque holístico a “desemaranhar os nós que dificultam a inserção política e social da juventude em processos de transformação social” e nos propõe três questões:

1. A busca de sentido no conceito “identidades juvenis” tendo presentes aspectos como a transitoriedade e mutabilidade das **identidades** ao longo da vida das pessoas, identidades que, além disso, estão marcadas por:
 - Dependências ou pertencimentos a condições de idade, sexo/gênero, opção sexual, raça, cor, classe, origem étnica, geográfica ou nacional, estado civil...
 - Contextos, interesses, interesse e imaginários coletivos que concretizam tais identidades em um processo permanente de aprender e desaprender de nosso ser individual e social.

2. As dificuldades no diálogo entre gerações e na construção de relações justas e equitativas nos processos de participação e representação, mediadas por fundamentalismos religiosos, econômicos, científicos e culturais como o patriarcado, que negam o direito a ter direitos, à humanidade em sua diversidade e legitimam mecanismos violentos de sujeição, que “pretendem controlar as consciências, os corpos, os desejos e as pessoas”.
3. O debate sobre a seguinte questão: a inclusão e a participação de jovens nos processos sociais trazem consigo transformações nas relações de poder ou reproduzem e consolidam essas relações.

Finalmente, Sandra convida a construir, reconhecer e incluir as identidades múltiplas em formas de organização social que, numa perspectiva de direitos, contribua para a transformação social. Encerra seu texto com uma grande interrogação: jovem = mudança? Jovem = inexperiência?

Acho de grande relevância as três questões propostas para este debate virtual.

Por um lado, é necessário pensar nosso lugar nesse marco de identidades múltiplas, afetado por diversos fundamentalismos que o Estado, as igrejas e a sociedade concretizam em fascismos, patriarcados, militarismos, autoritarismos, pensamento único.... e expressar de que modo as jovens vivem em seus espaços educativos, de trabalho e de militância com seus pares ou não pares.

Aqui cobra importância o debate sobre a segunda questão proposta por Sandra sobre as dificuldades entre gerações e que me traz à mente a seguinte citação: “*Quem sois vós para decretar quem deveria seguir vossas normas e leis inventadas?*” (Layla Anwar, *Mujeres en Iraq: nubes rosas y rojas*).

Uma contribuição à terceira questão proposta é a reflexão extraordinária que constitui “Os três guinéus” de Virginia Woolf que, apesar de ter sido publicada pela primeira vez em 1938, mostra claramente, com grande vigência, a relação entre masculinidade, autoritarismo e cultura da guerra ao esmiuçar a característica viril que constrói a relação entre autoritarismo, cultura de privilégios/poder masculino (patriarcado) e que, nas condições das mulheres de sua época, vai demonstrando passo a passo que sendo a independência material uma base imprescindível e necessária, sem independência simbólica a incorporação das mulheres ao mundo público (o da participação e representação) será uma nova entrada ao cativeiro.

Para finalizar, quero focar aquilo que significam os estados confessionais na vida das mulheres... Pensemos apenas como são concebidas as feminilidades pelo regime Talibã do Afeganistão, pelos estados muçulmanos, pelo Vaticano, para entender como a luta por um estado laico que promova um regime de liberdades básicas, que reconheça e respeite a pluralidade política e religiosa, a multiculturalidade étnica e racial, a diversidade sexual e a autonomia individual tem que ser um ponto central da agenda feminista.

COMENTÁRIOS DE SOFIA AO TEXTO DE SANDRA

Queridas amigas, para começar quero felicitá-las por esta iniciativa de reflexão virtual e agradecer a oportunidade que me deram de participar, embora minha idade supere largamente o limite proposto. Também quero felicitar a Sandra pelo seu excelente trabalho Mulheres como ela dão esperança a mulheres como eu. Suas reflexões me reconciliam com o que está por vir e me fazem pensar que talvez minhas netas possam viver em um mundo mais igualitário e justo do que este em que vivemos na atualidade. Há muitas ressonâncias entre seu pensamento e o meu, compartilho sua visão, e por isso peço que considerem minha contribuição como um ponto e seguido de sua reflexão.

Compartilho o fato de o plural formar parte de nossas visões de mundo. Essa pluralidade tem produzido muitos avanços na construção de nossas cosmovisões e de nossas identidades. Mas também está gerando alguns problemas, entre eles o de nos perdermos em um bosque de fragmentos isolados uns dos outros. Quando ampliamos e ampliamos o conceito de identidade, o que acontece é que ficamos sem conceito e sem identidade. É verdade que as identidades são múltiplas, mas também é verdade que as identidades são ao mesmo tempo unitárias. A Unidade é Múltipla. Creio que passamos muito tempo dirigindo nossos olhares aos fragmentos e penso que é hora de dar um passo além. Recolher esses fragmentos e colá-los para construir uma nova identidade que se caracterize por ser mais abrangente, mais complexa e mais profunda.

As identidades deixaram de ser monolíticas e os destinos deixaram de ser lineares. A tradição já não é fonte de sentido, já não encontramos nela as respostas. A incerteza entrou em cena e podemos considerar isso de duas maneiras: como uma fatalidade e isso nos leva ao desengano, à desmobilização, ao choque de futuro, ou como uma qualidade do real. Aceitar a incerteza como uma qualidade do real ativa nossas consciências e nos ajuda a compreender que sem nossa atividade, sem nosso compromisso, tudo o que se conseguiu até agora pode ser perdido. Compreendemos que da mesma maneira que as sociedades e nós mesmas evoluímos, também podemos involuir, que da mesma maneira como temos conquistado e exercido nossos direitos, também podemos perdê-los. Para impedir isso, temos que exercer nossa cidadania, converter-nos em cidadãs ativas, ocupar todos os espaços de poder, influir na tomada de decisões e não esquecer que é preciso cuidar o que ganhamos.

Trabalho com mulheres jovens e hei de dizer que estou preocupada porque em alguns aspectos vejo a involução, embora elas não a vejam. Consideram que o feminismo é um discurso obsoleto, antigo e que na atualidade todos e todas somos iguais e que já não há diferenças. Consideram que a educação tornou a todos e todas iguais e não refletem sobre os padrões culturais transmitidos nas instituições educativas que continuam sendo androcêntricos. A educação das mulheres nos últimos quarenta anos não significou a feminização da sociedade, a universalização dos valores femininos, nas palavras de Marina Subirats, mas sim a masculinização das meninas e mulheres jovens. Isso funcionou tão bem que são elas as que renegam esses valores e não aceitam serem identificadas como diferentes deles. Confundem as diferenças com as desigualdades e a igualdade com a uniformidade.

A tarefa hoje consiste em construir uma nova identidade que permita ver não apenas o singular, mas também o universal, não apenas o individual, mas também o coletivo, não apenas a parte, mas também o todo. Esse caminho nos ajudará a construir uma nova cidadania consciente de ser singular e plural simultaneamente. Os enfoques integrais chamam isso de indivíduo coletivo, consciente de ser “eu” ao mesmo tempo em que “nós”. Isso nos ajudaria a transcender a visão fragmentada e nos ajudaria a construir uma visão integral de quem somos. Uma visão que integra nossa natureza biológica, psicológica, cultural, social, histórica e espiritual.

Esta última dimensão do que somos, seres espirituais, tem sido cooptada e seqüestrada pelas religiões e pelas igrejas que não se resignam em exercer sua influência nos âmbitos que lhes correspondem e sobre as que professam essa religião, mas querem organizar a vida social impondo seus valores ao conjunto da sociedade. Na Espanha estamos trabalhando há anos pela laicidade, mas a igreja católica é ainda muito poderosa e nos últimos anos irrompeu no debate social sobre temas que afetam as mulheres de maneira especial. Entre esses temas está o direito ao aborto. Atualmente está sendo discutida no parlamento a modificação da lei atual que só permite o aborto em três casos, e está sendo proposta uma lei de prazos. A igreja católica gastou centenas de milhares de euros (saídos dos cofres públicos) em campanhas contra essa lei. Os grupos pró vida, quase todos liderados por homens, invadiram as ruas na defesa do que para eles é a família (patriarcal, católica, heterossexual). Todas as pessoas como nós que não assumem esses valores são consideradas “assassinas de crianças”. A demagogia está crescendo, as mentes são manipuladas facilmente, e isso se faz alterando o significado de palavras de uso cotidiano. Por exemplo, a igreja católica humaniza o feto e o converte em criança, abortar é matar e assim a mulher que aborta se converte em uma assassina. Daí se deduz que se as mulheres abortam têm que ser julgadas e metidas na prisão porque cometeram um crime. Converte as mulheres em criminosas e reforça o arquétipo de que as mulheres são malvadas e por isso é preciso ter muito cuidado com elas, há que controlá-las, não podem ser deixadas ao seu livre arbítrio. Esta é a linha da argumentação da igreja católica em relação ao aborto.

Este debate está acontecendo na Espanha neste momento. Creio que é um exemplo da involução a que me referi anteriormente. Já nos adverte de Sousa Santos (2003) do paradoxo de estarmos vivendo em sociedades politicamente democráticas, mas socialmente cada vez mais fascistas. Esse fascismo social de que nos fala Boaventura se materializa em racismo, intolerância, xenofobia, homofobia, misoginia, etc., e aduba o terreno para o desenvolvimento dos diferentes fundamentalismos, que tentam impor seu próprio modo de entender a vida, seus valores como os únicos possíveis, negando as múltiplas maneiras em que podemos nos organizar socialmente.

Os fundamentalistas não gostam da diversidade e a nós nos encanta. Construamos, pois, identidades múltiplas que tenham, como diz Sandra, cor, sabor, odor, paixão, corpo, desejos, nomes, opções, territórios e possibilidades. Todo isto envolto por uma enorme urdidura tecida de amor. Este enorme pacote que, envolto em amor, guarda em seu interior todo o anterior, seria nossa nova identidade, a unidade múltipla, nossa humana condição. A identidade das identidades. Começemos a olhar para ambas as direções.

